

EaD no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: Percepção dos Professores Militares do Curso Especial de Formação de Sargentos

Distance Education in the Military Fire Department of Minas Gerais: Perception of Military Teachers of the Special Training Course for Sergeants

Márcia Gorett Ribeiro Grossi^{*a}; Rafael Vicente Rosa^a

^aCentro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. MG, Brasil.

*E-mail: marciagrossi@terra.com.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar as percepções que os professores militares, que atuam no Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) ofertado na modalidade semipresencial, têm sobre este curso. Para isso, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva. Quanto ao procedimento técnico foi feito um estudo de caso no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), o qual percebeu na EaD, mais especificamente na modalidade semipresencial, a oportunidade de vencer as distâncias e possibilitar a formação técnica a seus militares distribuídos em 73 municípios do estado de Minas Gerais. Dentre os achados da pesquisa, destaca-se a preocupação da equipe de professores militares que atuam no curso CEFS com a formação profissional do bombeiro militar. Para esses professores, a infraestrutura administrativa e acadêmica dos polos presencial e a distância, por meio da Academia de Bombeiros Militar (ABM), tem exercido um papel essencial nos processos de ensino e aprendizagem, principalmente no que se refere à interação entre o conteúdo ministrado a distância com as disciplinas ofertadas no módulo presencial. Por consequência, os professores percebem que o CEFS tem condição de preparar o bombeiro militar para a função que irá exercer. Acredita-se que essa pesquisa contribui para o avanço do setor público ao mostrar que, por meio da EaD, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais tem promovido a formação profissional de seu efetivo.

Palavras-chave: Educação a Distância. Bombeiro Militar. Curso de Especial Formação de Sargentos. Professor.

Abstract

The objective of this research was to analyze the perceptions that military teachers, who work in the Special Sergeant Training Course (CEFS) offered in the blended modality, have about this course. For this, a qualitative research was carried out, of the descriptive type. As for the technical procedure, a case study was carried out at the Minas Gerais Military Fire Brigade (CBMMG), which perceived in distance education, more specifically in the blended mode, the opportunity to overcome distances and enable technical training to its soldiers distributed in 73 municipalities in the state of Minas Gerais. Among the research findings, the concern of the team of military teachers who work in the CEFS course with the professional training of the military firefighter stands out. For these teachers, the administrative and academic infrastructure of the face-to-face and distance centers, through the Military Fire Academy (ABM), has played an essential role in the teaching and learning processes, especially with regard to the interaction between the content that was taught distance learning with the subjects offered in the face-to-face module. As a result, teachers perceive that CEFS is able to prepare military firefighters for the role they will perform. It is believed that this research contributes to the advancement of the public sector by showing that, through distance education, the military fire department of Minas Gerais has promoted the professional training of its staff.

keywords: Distance Education. Military Firefighter. Special Training Course for Sergeants. Teacher.

1 Introdução

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) é o órgão de segurança pública que possui a responsabilidade e função social de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e da execução das atividades de defesa cível, conforme prevê o Art. 144 da Constituição Brasileira. Além disso, a Constituição atribui uma particularidade às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares estaduais que é serem forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988).

Dentre as legislações que atribuiu ao Exército brasileiro a gestão e controle sobre as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, destaca-se o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de

1969 que instituiu a forma de organização militar para esses órgãos. Ademais, o governo federal aprovou o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que atribui mais controle do Exército sobre as forças estaduais de segurança pública nos aspectos de organização, disciplina, ensino e instrução, de forma a possibilitar que as forças auxiliares estariam preparadas quando convocados para a preservação da ordem pública (RIBEIRO et al., 2002).

Isto posto, a formação técnica e profissional do CBMMG ficou vinculada à Polícia Militar de Minas Gerais até o ano de 2009, quando a Corporação obteve a autonomia administrativa para traçar os rumos da sua formação profissional, destinada a executar as atividades específicas de bombeiros (Emenda à Constituição nº 39, de 02 de junho de 1999). Para tanto a

Corporação produziu e publicou normas com diretrizes sobre cursos de formação profissional, visando que ao final do curso, o bombeiro militar obtivesse os conhecimentos necessários para exercer suas atividades.

Paralelamente a esse cenário, o acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) trouxe para as pessoas, novas maneiras de viver, de trabalhar e de se organizar, condição que também se aplica aos ambientes educacionais. Dessa forma, o CBMMG percebeu as possibilidades que as TDIC tinham na organização e oferta de cursos para seus membros, especificamente via Educação a Distância (EaD). Esses se apresentam como um novo modelo de pensar o processo de ensino e aprendizagem (BISOL, 2010; LITTO; FORMIGA, 2012).

À vista disso, a EaD tornou-se uma alternativa possível para os cursos de formação profissional dos membros do CBMMG, não apenas pelas flexibilidades de tempo e local, mas também devido à quantidade maior de alunos, no caso, seus efetivos militares, que a EaD pode alcançar, bem como a questão financeira. Como a Corporação possui unidades em todo Estado e a Academia está situada em Belo Horizonte, retirar o militar da sua cidade ficaria dispendioso para o Estado de Minas Gerais e, afastaria o militar por um tempo maior do seu posto de serviço. Assim sendo, o CBMMG passou a ofertar a EaD na modalidade semipresencial para a formação profissional de seus membros.

Neste contexto, surgiu a questão que norteou esta pesquisa: como ocorrem os cursos de formação profissional dos membros do CBMMG ofertados na modalidade semipresencial na percepção dos professores que atuam nesses cursos?

Para responder essa questão, decidiu-se desenvolver uma pesquisa com o objetivo de analisar as percepções que os professores militares que atuam no Curso Especial de Formação de Sargentos ofertado na modalidade semipresencial, têm sobre este curso. Para isso foi realizado um estudo de caso no CBMMG.

2 Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa, realizada em 2020 e 2021, de abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Yin (2016, p.7), é uma pesquisa que propõe

estudar o significado da vida das pessoas nas condições em que elas realmente vivem, sendo guiada por um desejo de explicar acontecimentos por meio de conceitos existentes ou emergentes.

O tipo de pesquisa realizada foi a descritiva. Esse tipo de pesquisa tem por objetivo, “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52).

Quanto ao procedimento técnico foi feito um estudo de caso, que é considerado “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto

da vida real, e que considera diversificados aspectos que caracterizam o caso a ser averiguado” (YIN, 2010, p.32), com os professores militares do Curso Especial de Formação de Sargentos do CBMMG. A escolha da Corporação para realizar esta pesquisa ocorreu devido ao interesse e preocupação da CBMMG em preparar e dar continuidade na capacitação acadêmica de seus membros para estarem preparados para prestar serviços à sociedade brasileira no que tange à busca, socorro e salvamento e, ao mesmo tempo, porque a Corporação viu na EaD uma forma de alcançar e capacitar um maior número de militares do seu efetivo.

Como instrumento de coleta de dados escolhido foi um questionário criado no *google docs* e aplicado aos participantes da pesquisa (os professores militares). E, a pesquisa foi realizada em três etapas:

- 1ª etapa: apresentou como ocorre o ensino militar a distância e a formação profissional no CBMMG.
- 2ª etapa: abordou questões para identificar: o perfil do professor militar que atua no Curso Especial de Formação de Sargentos do CBMMG ofertado a distância, a experiência desses professores com a EaD e, o(s) motivo(s) que os levaram a participarem desse curso.
- 3ª etapa: abordou questões para identificar a percepção que esses professores têm em relação: ao processo de ensinar e aprender a distância (por meio dos AVA), os momentos de encontros presenciais; as dificuldades encontradas durante o curso e, a formação do bombeiro militar e sua formação profissional no CEFS.

É importante salientar que neste curso não existe a figura do tutor, cada uma das 15 disciplinas que são ofertadas a distância tem um professor responsável por ela. Então, foram enviados 15 *e-mails* (e também mensagens via AVA) com a solicitação de participação na pesquisa e já com o *link* com o questionário.

Vale destacar que, no caso do curso estudado nesta pesquisa, a modalidade é semipresencial. Os alunos têm as aulas teóricas via internet, cuja parte presencial é composta pelas aulas práticas nas unidades operacionais do CBMMG, local onde acontece também o estágio. Desse jeito, os membros da Corporação que não têm domicílio em Belo Horizonte têm a oportunidade de realizar os cursos de formação profissional, ofertados pela Corporação, fazendo com que a EaD tenha um caráter inclusivo (HACKMAYER; HOHADANA, 2014; VIANNEY, 2019).

3 Resultados e Discussão

3.1 Primeira etapa: sobre a EaD, o ensino militar a distância e a formação profissional no CBMMG

3.1.1 A EaD e suas características

Moore e Kearsley (2007) conceituam a EaD como um aprendizado planejado que ocorre normalmente em lugar diferente do local tradicional de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso, cuja comunicação acontece por meio de tecnologias. Atualmente, a internet, as TDIC e os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são as principais tecnologias responsáveis pelo destaque que a EaD tem

recebido no cenário educacional. Estes ambientes virtuais são marcados por flexibilidade, interação e diversas possibilidades pedagógicas, reconfigurando o papel dos professores e alunos, uma vez que o seu espaço escolar não é mais o presencial (BELLONI, 2012; GROSSI et al., 2018).

No Brasil, esta modalidade de educação passou a ser reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por meio do seu Art. 80, incentiva o desenvolvimento e a veiculação de programas de curso a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. A partir de então, outras legislações foram sendo criadas para organizar e ancorar a EaD.

Dentre estas, destacam-se: o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da LDBN; a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que caracteriza a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino e aprendizagem centrados na autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota; e a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, a qual define, dentre outros pontos, que as instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido, poderão introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

Já em 2017, o MEC atualizou e flexibilizou a legislação acerca do tema ao publicar o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Essa flexibilização pode ser percebida pelas medidas como: permitir a parceria entre instituições de ensino e empresas para a realização de atividades práticas; legalizar a existência de polos de EaD no exterior; permitir que as atividades presenciais sejam realizadas fora das Instituições de ensino Superior (IES) ou dos polos; dar autonomia às IES para criar os polos, não dependendo mais de visita do MEC para autorizar seu funcionamento.

Outro ponto que merece ênfase é a Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, a qual permite que os ambientes profissionais possam ser organizados de forma exclusiva para atendimento de estágios supervisionados, além de atividades presenciais dos cursos na modalidade a distância, ou em articulação com os polos de EaD. Esses ambientes profissionais são as empresas públicas ou privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais. Esses são destinados a integrarem os processos formativos de cursos superiores a distância, como a realização de atividades presenciais ou estágios supervisionados.

De acordo com essas legislações a EaD pode ser ofertada em três formatos de cursos: *Totalmente a distância* – cursos onde todas as aulas são ofertadas via internet ou onde 80% das aulas são realizadas pela internet e 20% são destinados aos encontros presenciais, sendo que a frequência

desses encontros pode ser quinzenal, mensal ou semestral. *Presencial com atividades a distância* – cursos que têm maior parte da carga presencial e uma parte, 20% das atividades, é oferecida a distância. *Semipresencial* – cursos que têm parte das atividades a distância e parte presencial, sendo que o percentual de cada atividade vai variar de acordo com a instituição de ensino, a qual deve contar com os polos presenciais, que conforme o Decreto nº 5.622/2005, é “a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”.

Outras questões que permeiam a EaD são a linguagem e o formato particular, o que exige da administração da instituição de ensino uma infraestrutura tecnológica e pedagógica adequada e condizente com suas características, para o adequado processo de ensino e aprendizagem. Para apresentar aspectos de qualidade na formação técnico-científica para o mundo do trabalho e a dimensão política para a formação do cidadão, o MEC orienta que os projetos de cursos em EaD devem compreender três aspectos: pedagógicos, humanos e infraestruturais. Para atender os três aspectos, o projeto pedagógico de um curso na modalidade a distância deve conter: (I) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (II) Sistemas de Comunicação; (III) Material didático; (IV) Avaliação; (V) Equipe multidisciplinar; (VI) Infraestrutura de apoio; (VII) Gestão Acadêmico-Administrativa; (VIII) Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2007).

Entretanto, o caráter inclusivo da EaD não é percebido apenas pelas flexibilidades de tempo e local (MORAM, 2002; BELLONI, 2012), mas também no que se refere à questão financeira, pois os alunos não precisam sair de suas cidades, uma vez que os mesmos têm nos AVA “[...] um espaço onde se procura e onde se produz conhecimento” (ALARCÃO, 2004, p.27). Outra evidência do caráter inclusivo da EaD é a sua abrangência, atualmente é possível encontrar cursos nas diversas áreas do conhecimento, dentre essas, a segurança pública, foco de interesse dessa pesquisa.

3.1.2 A EaD no Corpo de Bombeiros de Minas Gerais

Os Corpos de Bombeiros inicialmente estavam vinculados às forças públicas, que foram criadas pelo Estado para prover segurança para a sociedade. Esse órgão tinha características de exército estadual e treinamento de cunho militar. A força pública posteriormente foi transformada na PMMG e teve a reintegração dos Corpos de Bombeiros no ano de 1966 (RIBEIRO et al., 2002).

Como força auxiliar do exército, que pode ser convocada em tempo de guerra para preservação da ordem, a PMMG instituiu através da Lei nº 6.260, de 13 de dezembro de 1973, o ensino profissional em três graus: o básico, com os cursos de cabos, soldados e instrução da tropa; o intermediário, com os cursos de formação e aperfeiçoamento de sargentos; e o ensino superior. A norma serviu de alicerce para as estruturas

organizacionais responsáveis pelo ensino da tropa e para criar a Academia de Polícia Militar (APM) (RIBEIRO et al., 2002).

Apesar de o CBMMG ter seu ensino ministrado na APM nesse período, a Corporação retomou sua formação profissional na atividade de bombeiros no ano de 1980, com a criação da Seção de ensino de bombeiros, a qual planejou e executou os cursos de formação de sargentos bombeiros militares. Posteriormente o Centro de Instrução de Bombeiros (CIBOM) foi criado para assumir a responsabilidade da formação ordinária dos cursos operacionais de bombeiros (CBMMG, 1988).

Porém, a formação profissional do CBMMG continuou vinculada administrativamente à Polícia Militar até o ano de 1999. Apesar disso, através da emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais, nº 39, de 2 de junho de 1999, o CBMMG separou-se administrativamente da PMMG. Doravante, a Corporação começou a traçar as diretrizes profissionais para a formação dos bombeiros militares no Estado de Minas Gerais.

Em seguida foi publicado o primeiro instrumento normativo para estruturar o ensino profissional no CBMMG: a Resolução nº 83, de 06 de setembro de 2002. Esse documento indicava as diretrizes necessárias para o exercício da profissão, onde o ensino profissional do CBMMG apresentava os seguintes níveis: formação, aperfeiçoamento e habilitação, destinado à formar e aperfeiçoar praças ao oficialato; superior, para graduar e pós-graduar os oficiais; e de qualificação profissional para desenvolver as ações de formação continuada, para aperfeiçoar os conhecimentos obtidos na formação.

Enfim, com a necessidade de haver uma unidade administrativa para nortear o ensino e formação, o CBMMG criou a Diretoria de Ensino, por meio da Resolução nº 351, de 03 de setembro de 2009. Essa unidade tinha a competência para planejar, coordenar, controlar e supervisionar tecnicamente as atividades relativas ao ensino, compreendido como: educação superior, cursos de tecnologia, técnico e educação profissional, além da formação e capacitação do público externo, ensino a distância e recrutamento e seleção. Essa foi a primeira estrutura de EaD na Corporação responsável por fomentar e gerenciar cursos à distância.

Entretanto, dentro da reestruturação do ensino, a estrutura responsável por essa gestão passou a ser a Academia de Bombeiros Militar (ABM), que à época ficou responsável por exercer as atividades da Diretoria de Ensino, como previsto na Resolução nº 690, de 15 de setembro de 2016. Essa unidade avançou na implementação da EaD no processo de ensino e formação dos bombeiros militares com as seguintes atribuições:

- I - Assessorar o Chefe da Divisão de Ensino nas ações correlatas aos cursos de formação, qualificação, capacitação, atualização e aperfeiçoamento realizados na modalidade à distância;
- II - Assessorar o Chefe da Divisão de Ensino nas atividades de coordenação e execução dos cursos de formação,

qualificação, capacitação e aperfeiçoamento realizados na modalidade à distância;

III - gerir e organizar, bem como executar e acompanhar os diversos cursos à distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

IV - Disseminar as competências básicas necessárias à implementação dos cursos na modalidade à distância, quando de sua execução de forma descentralizada;

V - Analisar e apresentar propostas para ampliação do acesso aos cursos realizados na modalidade à distância;

VI - Assessorar o Chefe da Divisão de Ensino quanto à necessidade de incorporar novas tecnologias para desenvolvimento da EaD nos cursos da Corporação;

VII - Analisar e emitir parecer quanto à viabilidade de expansão da tecnologia EaD para cursos originariamente realizados na modalidade presencial;

VIII - Realizar as demais atribuições determinadas pelo Comandante da ABM relativas a EaD;

IX - Outras que o Comandante da ABM determinar.

Por consequência, a formação à distância passou a ter um papel importante no processo de formação profissional dos militares de CBMMG, que atualmente possui três cursos ofertados a distância para a formação e para a capacitação continuada de seus membros.

3.1.3 Sobre o Curso Especial de Formação de Sargentos

Desde 2019 o CBMMG disponibilizou três cursos de capacitação e educação continuada para a Corporação, ofertados a distância a modalidade semipresencial:

- Curso de Especialização em Gestão e Proteção e Defesa Civil (CEGDEC): busca capacitar os oficiais intermediários, que ocupam o posto de Capitão, nos conceitos, aspectos e parâmetros da Gestão e da Proteção e Defesa Civil.
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS): busca capacitar e desenvolver os militares do CBMMG que ocupam a graduação de Segundo-Sargento, necessárias ao desempenho dos cargos pertinentes aos respectivos quadros, habilitando-o à promoção a Primeiro-Sargento BM.
- Curso Especial de Formação de Sargentos Bombeiros Militar (CEFS): busca formar e capacitar os militares na graduação de cabos, para que preencham as condições técnicas e legais necessárias para a promoção e desempenho das funções de 3º sargento BM.

Dentre esses três cursos, o CEFS, foi o escolhido como foco deste estudo por ter sido o primeiro a ser ofertado em 2020, quando essa presente pesquisa começou. Vale informar que o CEFS vem sendo ofertado na modalidade totalmente a distância desde 2010. Não obstante, em 2019 este curso começou a ser ofertado na modalidade semipresencial, sendo que a sua malha curricular foi orientada pelas diretrizes da Resolução nº 843 de, 20 de março de 2019.

O curso possui carga horária de 610h/a dividida em cinco módulos. Dessa carga horária, 330h/a são de formação a distância denominada núcleo EaD comum e três módulos do curso de formação, com um total de 15 disciplinas. Esses módulos possuem disciplinas com os conhecimentos inerentes à função de sargento, tais como, jurídicos, técnicas da atividade de bombeiro militar, defesa civil, militares (CBMMG, 2019).

O 1º módulo possui disciplinas que proporcionam ao aluno

conhecimento de Direto, Legislação Institucional e Processos Administrativos. Por consequente, o aluno, quando concluir o curso e assumir a função de 3º sargento BM, pode ser encarregado de procedimentos administrativos disciplinares e escrivão de Inquérito Policial Militar (IPM).

Os 2º e 3º módulos possuem as disciplinas técnicas da atividade de bombeiro militar, defesa civil e militares. Esses conteúdos apresentam novas técnicas, processos e procedimentos que são realizados na atividade operacional. Isso vai possibilitar ao aluno na nova função a desempenhar as atividades operacionais conforme os protocolos vigentes. Vale salientar que, os conteúdos das disciplinas militares são relacionados à preservação da hierarquia e disciplina que são os pilares das instituições militares.

Já os 4º e 5º módulos possuem 280 h/a presenciais divididas em: 160 h/a de disciplinas técnicas da atividade de bombeiro militar, defesa civil, militares e atividades especialistas; e 120 h/a de estágio nas unidades administrativas e operacionais. Os bombeiros especialistas são militares que desempenham funções técnicas na Corporação, dentre essas: telecomunicação, motomecanização, saúde e músico (CBMMG, 2019).

Isto posto, observa-se a representatividade do curso à distância na formação técnica e continuada do CBMMG, que busca através desta modalidade de educação capacitar os militares para exercerem novas funções, conforme o curso realizado.

3.2 Segunda etapa: o perfil dos professores

Ao todo foram respondidos 10 questionários, o que equivale a uma taxa de retorno de 66,67%, sendo que a maioria dos participantes da pesquisa (90%) foi do sexo masculino e 10% do sexo feminino. Não se esperava um percentual pequeno de mulheres, uma vez que a presença dessas na CBMMG já é uma realidade há 27 anos. O ingresso de mulheres na Corporação ocorreu a partir dos anos 1990 e se efetivou com a Lei nº 11.099, de 18 de maio de 1993, a qual previa a possibilidade de emprego de mulheres nas atividades do corpo de bombeiros.

Em relação à idade, 40% dos professores pertencem à faixa etária de 30 a 40 anos, que foi o mesmo percentual encontrado para a faixa de 41 a 50 anos. Já a minoria dos professores (20%) tem 51 anos ou mais. Este resultado está em consonância com observações feitas por Hackmayer e Bohadana (2014). Para os autores, a faixa etária do professor da EaD é bem diversificada, prevalecendo uma idade superior a 40 anos, o que demonstra maturidade profissional.

Foi possível verificar, pelas respostas dos questionários, que todos os professores são militares do CBMMG, lotados na ABM ou em outras unidades da Corporação, além de um veterano. Esse resultado já era esperado, pois a formação profissional do bombeiro militar possui características específicas e tem suas normas regidas por legislações

próprias, como está previsto no Art. 83 da Lei nº 9.394/1996 e, especificamente na Resolução nº 83/02 que se refere ao ensino profissionalizante do CBMMG, foco desta pesquisa.

Acerca da formação acadêmica, 70% dos participantes possuem especialização, 10% possuem mestrado, 10% possuem o ensino médio e 10% o superior incompleto. Sobre a área do conhecimento, 66,67% dos participantes pertencem à Ciências Sociais Aplicadas, destacando os cursos de História, Gestão pública e Direito. 22,23% dos participantes têm como formação a Ciências Militares (curso de formação de oficiais - CFO) do CBMMG, que é o curso que forma e capacita os militares responsáveis pela gestão administrativa e operacional da Corporação. 11,1% pertencem à área de Ciências Humanas. Esses resultados demonstram a preocupação da Corporação com a capacitação dos professores, pois 80% possuem curso superior e com áreas de conhecimento condizentes com os objetivos do curso estudado, que é fornecer conhecimentos inerentes à função de sargento, tais como, jurídicos, técnicas da atividade de bombeiro militar, defesa civil, militares (CBMMG, 2019).

3.2.1 O professor e sua experiência com a EaD

Para conhecer a experiência desses profissionais em EaD, foram feitas três perguntas aos participantes. A 1ª pergunta buscou saber se os professores já fizeram algum curso a distância e, como resultado, teve-se 100% de respostas positivas. A 2ª pergunta foi se eles já tinham lecionado à distância anteriormente, também 100% dos professores responderam que sim. Esses resultados apontam que os professores do Curso Especial de Formação de Sargentos do CBMMG possuem experiência para lecionar à distância, pressupondo que eles possuem familiaridade com os AVA e suas ferramentas digitais.

Já na 3ª pergunta, procurou-se saber se os profissionais tinham alguma formação acadêmica específica para lecionar na EaD. A maioria (70%) declarou que sim, e 30% dos participantes afirmaram não possuir capacitação específica para lecionar à distância. Esse resultado, embora possa reforçar a experiência que a equipe de professores declarou ter com a EaD, também mostra a necessidade de proporcionar cursos de formação específicos sobre essa modalidade de educação a todos os professores que desejam dessa participar. Essa formação é de suma importância, pois irá possibilitar a competência dessa docência para a qualidade na formação dos alunos, consolidando a EaD (HACKMAYER; BOHADANA, 2014). Para esses autores, as particularidades de formação, saberes e perfil docente passaram a ser a base das discussões sobre a docência em EaD, pois dizem respeito ao fazer pedagógico docente e à identidade profissional. Essa ideia fica evidenciada em Belloni (2012), ao enfatizar que a definição das funções e das tarefas docentes em EaD é diferente daquela do ensino convencional.

3.2.2 Os motivos para ministrar este curso

Os participantes da pesquisa foram questionados acerca dos motivos pelos quais optaram por ministrar uma disciplina em EaD no CEFS. As respostas foram:

- Disseminação de conhecimento técnico.
- A eficiência na utilização da plataforma e a facilidade na interação com aluno.
- Meu TCC de especialização foi relacionado com esse tema.
- Convite.
- Desafio de uma nova forma de docência.
- Gosto de incentivar os alunos a estudarem e gosto de repassar os conhecimentos.
- Por já ter realizado um curso na EaD, procurei apresentar novidades quando convidado para ministrar este curso, tentado transferir a pessoa física do professor para o ambiente virtual de aprendizagem.
- A paixão pelo ensino e a possibilidade de ter contato com um número grande de alunos.
- Contribuir com o ensino e formação dos militares do CBMMG.
- Gosto pela licenciatura.

As respostas foram objetivas e pontuais, revelando que os militares que estão envolvidos neste curso têm preocupação com a docência, querem interagir com os alunos e querem contribuir com a formação profissional do bombeiro militar. Eles veem na EaD uma possibilidade de expandir o sistema de ensino do CBMMG para todo efetivo do Estado de Minas Gerais.

3.3 Terceira etapa: o ambiente virtual de aprendizagem e suas ferramentas digitais

O AVA utilizado no pelo CBMMG para ofertar o Curso Especial de Formação de Sargentos Bombeiros Militar a distância é o *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Moodle), que é um ambiente virtual de gestão de aprendizagem *online* gratuito e permite que os educadores criem seu próprio portal privado com seus cursos ofertados a distância (GROSSI et al., 2018), o qual é composto de diversas ferramentas digitais. Dessarte, se buscou saber se os professores conhecem todas essas ferramentas; 30% responderam que sim, 60% que conhece a maioria delas e, 10% declarou que algumas.

Embora, esse resultado indique que os professores possuem familiaridade com a AVA, percebe-se pelos próximos dados coletados que eles não têm utilizado a diversidade de ferramentas do Moodle nas suas estratégias pedagógicas. No caso dos materiais didáticos escolhido por eles, constatou-se que eles têm usado apenas apostila, capítulos de livros e resumos, ou seja, conteúdos escritos em forma de PDF ou doc, que são importantes, contudo, é recomendável que o professor também faça uso de diversos outros tipos de recursos e mídias disponíveis no Moodle como vídeos, *slides*, áudio e páginas de internet.

Similar a esta constatação, da não utilização da diversidade de ferramentas do Moodle pelos professores, observou-se que eles também têm usado poucas estratégias avaliativas

disponíveis no Moodle. A pesquisa mostrou que eles têm usado só como avaliação: exercícios, fóruns e questionário. Nenhum professor declarou usar, como por exemplo, glossário, *hot potatoes*, lição, estudo dirigido, *wiki* ou tarefas.

Outro aspecto verificado se refere à interação entre professor e aluno. Para tal, foi perguntando aos professores se eles utilizam as ferramentas digitais do Moodle para promover a interação entre eles e seus os alunos. 50% responderam que sempre, 30% que utilizam quase sempre e 20% que às vezes. Além dessas respostas, os professores também informaram que utilizam tanto a comunicação síncrona – em tempo real (os *chats*) e a comunicação assíncrona – com defasagem no tempo (fóruns de discussão e e-mails). Sendo que a predominância de comunicação neste curso é o fórum de discussão. Vale lembrar que, atualmente, a sociedade valoriza as relações sociais, que quanto mais síncrona for a interação maior será a percepção de proximidade dos envolvidos. Todavia, nem sempre a condição de sincronismo no ambiente virtual é a opção para todas as atividades de aprendizagem. O equilíbrio entre as atividades síncronas e assíncronas, presenciais e remotas, indica o quanto os alunos irão se envolver no EaD para atingir os objetivos desejados (LITTO; FORMIGA, 2012).

E são essas ferramentas que promovem a interação que tem motivado os alunos deste curso. Pois, de acordo com a percepção da maioria dos professores (80%), o que tem motivado os alunos é a troca de mensagens, seja por fóruns ou por *chats*, principalmente quando os *feedbacks* dos professores são rápidos. Para esses professores, os alunos valorizam esses espaços porque podem se expressar dando suas opiniões e pontos de vistas. Já para 20% dos professores, o que motiva os alunos é a *web* aula e, para 20% são as ilustrações de parte do conteúdo ministrado.

3.3.1 O Módulo a distância e o módulo presencial

O CEFS é um curso ofertado a distância no formato semipresencial, portanto, precisa de polos a distância (aqui denominado de polo EaD) e presenciais para obedecer a exigência do Decreto nº 5.622/2005. Assim, a ABM localizada na capital mineira assume esses dois papéis. No que se refere ao polo EaD, a ABM oferece a infraestrutura tecnológica e pedagógica para que as aulas possam acontecer no ambiente virtual de aprendizagem. Já na condição de polo presencial, a ABM proporciona de forma centralizada aos alunos, a prática dos conteúdos ministrados à distância, bem como outras disciplinas presenciais presentes na malha curricular do curso, de acordo com a Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017.

Certamente cada polo tem seu objetivo, mas para que a formação profissional do aluno seja plenamente realizada, é preciso uma comunhão entre esses polos. Dessa maneira, foi perguntando aos professores se a ABM tem conseguido fazer essa comunhão. Todos os professores responderam que sim. Para eles, a infraestrutura física da ABM, bem como a gestão logística dos materiais e equipamentos permitem a relação necessária entre os conteúdos ministrados de forma presencial

e a distância. Também foi informado que a gestão do estágio operacional é realizada pela ABM, que busca proporcionar aos alunos a prática supervisionada das funções e atividades para as quais estão sendo formados.

3.3.2 As dificuldades encontradas

Apesar da EaD estar crescendo no país, ela ainda possui muitos obstáculos. Por isso, esta pesquisa procurou conhecer, na percepção dos professores, quais foram as principais dificuldades vivenciadas no CEFS. As respostas foram:

- Falta de suporte no Moodle para incluir vídeo aula (citada por um professor).
- Alunos que não se adaptavam a EaD (citada por cinco professores).
- Muitas disciplinas sendo ofertadas simultaneamente e com conteúdo grande (citada por um professor).
- Dificuldade em usar o Moodle (citada por um professor).
- Suporte aos alunos (citada por um professor).
- Formação diferente da disciplina ministrada (citada por um professor).

Para a maioria dos professores, a principal dificuldade encontrada se refere à falta de experiência do aluno com a EaD, não estando preparado para estudar *online* e sem a presença física do professor. É difícil para ele lidar com a dimensão imaterial do tempo (BELLONI, 2012). Além disso, o aluno nem sempre domina as ferramentas digitais presentes no Moodle, o que dificulta a sua navegação no ambiente digital e prejudica seu processo de aprendizagem. Esse problema pode ser evitado colocando, em todos os cursos, uma disciplina introdutória, para apresentar aos alunos conhecimentos básicos sobre a EaD e capacitá-lo para usar o ambiente virtual de aprendizagem, conhecendo todas as suas ferramentas de comunicação e de avaliação, antes de começar as disciplinas específicas do curso.

Também seria importante que os professores, antes de começarem a lecionar nos cursos à distância do CBMMG, fizessem uma capacitação sobre o Moodle. Consequentemente, as demais dificuldades apontadas por eles seriam eliminadas. É preciso lembrar que a EaD, ao mesmo tempo que muda a forma de ensinar e de aprender, exige mudanças no comportamento dos seus atores e, nas palavras de Litto e Formiga (2012, p.145) “o professor dos próximos anos terá de se adaptar à evolução que ocorre nos equipamentos pedagógicos”. Porém, Moran (2012) lembra que o processo de mudança na EaD não é uniforme e nem fácil.

3.3.3 O bombeiro militar e sua formação profissional no CEFS

O CBMMG tem uma função muito importante para a sociedade, que é exercer a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e a defesa civil, conforme descrito no Art. 144 da Constituição brasileira. A Constituição atribui aos Corpos de Bombeiros e a Polícias Militares a responsabilidade de serem forças auxiliares do Exército, que podem ser convocados em tempo de guerra e de paz, para salvaguardar a Nação. Portanto, a necessidade de ter

o seu efetivo bem capacitado.

Neste sentido, a última pergunta feita aos professores foi se eles percebem que este curso à distância é adequado para preparar o bombeiro militar para a função que irão exercer. 90% dos professores afirmaram que sim e 10% que não. Este resultado sinaliza que a Corporação vem cumprindo a sua missão acadêmica, que é a formação profissional do seu efetivo, onde cada professor tem colaborado com seus conhecimentos específicos no processo de construção do conhecimento, muitas vezes à distância (MORAN, 2012).

4 Conclusão

A evolução das TDIC e da internet mudaram a forma de viver em sociedade e, também influenciaram a forma de ensinar e aprender. Hoje, são várias as modalidades de educação, dentre elas a EaD, a qual tem sido ofertada por várias instituições de ensino e por outras instituições, como por exemplo, o CBMMG.

Destarte, é importante salientar que da mesma maneira que as outras instituições de ensino utilizam a EaD, o CBMMG implementou essa modalidade de educação para formação continuada dos militares. Todavia, para efetivar a realização da EaD, a Corporação teve que vencer a cultura organizacional e formativa vinculada ao Exército, que determinava as diretrizes da formação profissional das forças auxiliares pertencentes aos estados da federação brasileira.

O CBMMG percebeu na EaD, mais especificamente na modalidade semipresencial, a oportunidade de vencer as distâncias e possibilitar a formação técnica a seus militares distribuídos em 73 municípios do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, foi feita uma pesquisa com o objetivo de analisar as percepções que os professores do Curso Especial de Formação de Sargentos ofertado na modalidade semipresencial têm sobre este curso. Dentre os principais achados, reforça - se a preocupação da equipe de professores com a formação profissional do bombeiro militar.

Também na percepção dos professores, a infraestrutura administrativa e acadêmica dos polos presencial e a distância, por meio da ABM, tem exercido um papel essencial nos processos de ensino e aprendizagem, principalmente na interação entre o conteúdo ministrado a distância com as disciplinas ofertadas no módulo presencial. Com isso, os professores percebem que o CEFS tem condição de preparar o bombeiro militar para a função que irá exercer.

A pesquisa contribui para o avanço do setor público ao mostrar que, por meio da EaD, o CBMMG tem promovido a formação profissional de seu efetivo, preparando-os para prestar, cada vez mais, melhores serviços para a sociedade. Também vale frisar que esta pesquisa comprovou que a EaD nesta Corporação não é mais uma meta, mas sim uma realidade, no entanto, alguns pontos necessitem de adequações como, por exemplo, capacitar os professores para uma efetiva utilização do Moodle, para que eles possam aproveitar melhor toda a diversidade das ferramentas digitais presentes nesse AVA.

Finalizando, recomenda-se duas novas pesquisas: 1ª) repetir a pesquisa nos dois outros cursos do CBMMG (o Curso de Especialização em Gestão e Proteção e Defesa Civil e, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos); 2ª) repetir a pesquisa, mas à luz dos olhares dos alunos dos cursos. Entende-se que a partir dessas novas pesquisas poderá ser realizado um diagnóstico completo da EaD no âmbito do CBMMG e, assim vislumbrar adequações de infraestrutura acerca das TDIC e a capacitação do corpo docente necessárias para formação profissional dos militares nessa modalidade.

Referências

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. São Paulo: Cortez, 2004.

BELLONI, M.L. *Educação a distância*. Campinas: Autores Associados, 2012.

BISOL, C.A. Ciberespaço: terceiro elemento na relação ensinante/aprendente. In: VALENTINI, C.B.; SOARES, E.M.S. (Org.). *Aprendizagem em ambientes virtuais: compartilhando ideias e construindo cenários*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

BRASIL. Casa civil. *Decreto nº 88.777 de 30 setembro de 1983*. Aprova o regulamento para os policiais militares e corpos de bombeiros militares (R-200). 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Casa civil. *Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969*. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0667.htm>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL Ministério da Educação. *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL Ministério da Educação. *Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 11, de 20 de junho de 2017*. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016*. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais de qualidade para educação superior à distância*. Brasília; MEC, 2007.

CBMMG. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Bombeiros de Minas*. Belo Horizonte: Millard, 1988.

CBMMG. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Resolução nº 83, de 06 de setembro de 2002*. Aprova o Regulamento

de Ensino Profissional do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – REPCBM. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<https://www.tiny.cc/sigp>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CBMMG. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Resolução nº 351, de 03 de setembro de 2009*. Dispõe sobre a organização da Diretoria de Ensino - sua definição, finalidade, estrutura orgânica, competências, atribuições e outras atividades afins da administração de ensino no CBMMG. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <Recuperado de <https://www.tiny.cc/sigp>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CBMMG. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Resolução nº 690, de 15 de setembro de 2016*. Finalidade, competências e estrutura da Academia de Bombeiros Militar (ABM). Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.tiny.cc/sigp>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CBMMG. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Resolução nº 843, de 20 de março 2019*. Aprova a malha curricular do Curso Especial de Formação de Sargentos Bombeiro Militar (CEFS BM). Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.tiny.cc/sigp>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GROSSI, M.G.R. et al. The Educational Potentialities of the Virtual Learning Environments Moodle and Canvas: a comparative study. *IJIET*, v.8, n.7, p.514-519, 2018.

HACKMAYER, M.B.; BOHADANA, E. Professor ou tutor: uma linha tênue na docência em EAD. *RIED*, v.17, n.2, p.223-240, 2014.

LITTO, F.M.; FORMIGA, M. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MINAS GERAIS. *Emenda à Constituição nº 39, de 02 de junho de 1999*. Altera a redação dos arts. 39, 61, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado, acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Belo Horizonte. 1999. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html>>. Acesso em: 13 set. 2022.

MINAS GERAIS. *Lei nº 6.260, de 13 de dezembro de 1973*. Institui o sistema de ensino da polícia militar do estado de Minas Gerais. 1973. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=6260&ano=1973&tipo=LEI>>. Acesso em: 13 set. 2022.

MINAS GERAIS. *Lei nº 11.099, em 18 de maio de 1993*. Fixa o efetivo da polícia militar do estado de minas gerais e dá outras providências. 1993. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1993-05-18;11099>>. Acesso em: 13 set. 2022.

MORAN, J. *O que é educação a distância*. 2002. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2022.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, S.R. et al. A reforma da educação de segurança pública na PMMG. *A Alferes*, v.17, p.43-66, 2002.

VIANNEY, J. *O caráter inclusivo da EaD*. 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/censoead2016/Censo_EAD_2016_portugues.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YIN, R.K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.